

PSICOLOGIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR: encontro com a diferença e desafios para a prática docente

YAN CAIQUE DE SOUZA BARROS¹

ANA LUIZA SALGADO CUNHA²

MARIA LUÍZA AMARAL DE JESUS ANDRADE³

Resumo

Os processos de psicologização e psicopatologização do espaço escolar constituem-se num tema e que indica discussões mais profundas tanto no campo da saúde, quanto no campo educacional. No presente texto, o objetivo é problematizar o entrelaçamento, ainda pouco orgânico, existente entre a psicologia e as práticas pedagógicas, em especial no que tange ao crescente desenvolvimento dos processos de psicologização dentro do espaço escolar. Através de reflexões teóricas, aliadas as experiências vividas, propõe-se, compreender o modo de funcionamento da relação que se estabelece entre professor e aluno, partindo do ponto de vista dos agentes de ensino – os próprios professores – elucidando suas queixas, e os desafios presentes no desenvolvimento de práticas inclusivas com vistas à equidade.

Palavras-chave: Educação. Saúde. Psicologização

Introdução

A proposta deste artigo é fomentar a problematização do entrelaçamento longínquo existente entre a psicologia e as práticas pedagógicas, em especial no que tange ao crescente desenvolvimento dos processos de psicologização dentro do espaço escolar. Propõe-se tencionar a intrínseca relação das teorias psicológicas com as formulações teóricas presentes no campo educacional, entendendo existir na atualidade um movimento crescente de impregnação do discurso psi no dia a dia escolar, que atua na orientação de práticas e fomenta

¹ Bacharel em Psicologia, atua no contexto clínico a partir da abordagem fenomenológica-existencial, atualmente é mestrando no PPGED/UESB.

² Professora assistente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em Educação (UFSCar), Mestra em Educação e Pedagoga (UFV).

³ Bacharel em Ciências Sociais pela UESB, graduanda em Letras Modernas pela Unigranrio. Atua como colaboradora nos grupos: Oju Obirin e Viva 's relacionados a epistemologias feministas.

novos processos de subjetivação dentro dessa realidade, reduzindo questões de interferência social, educacional, política e pedagógica ao aspecto individual e cerebral dos alunos (Moysés; Collares, 2011)

O presente resumo é um recorte de uma pesquisa que está em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), na linha dois, intitulada de “Currículo, Práticas Educativas e Diferença”. A proposta de investigação apresentada nesta pesquisa se fundamenta na tentativa de identificar como se dá o trabalho docente frente a lida com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, e a partir disso busca-se compreender como tem se dado a proliferação do discurso psicológico no cotidiano escolar, em especial a manifestação do fenômeno de psicologização.

Educação e Psicologia: um (im)provável diálogo

O processo de patologização é um fenômeno característico da nossa época. O crescente número de diagnósticos clínicos no campo da saúde mental e da educação, indica que caminhamos em um movimento de redução das experiências, sentimentos e modos de se estar no mundo, que se distanciam da norma-padrão construída socialmente, a categorias psiquiátricas. O grande problema desse fenômeno “consiste no processo no qual problemas não médicos são definidos e tratados como problemas médicos usualmente em termos de doenças e desordens” (Edington, 2012, p. 16).

A medicalização e patologização da vida ocorre de modo cada vez mais dominante em nossa sociedade, a proliferação do discurso médico-psiquiatra dentro do espaço cotidiano, que transforma experiências comuns a todos os seres humanos e modos de ser que se destoam da norma padrão em sintomatologias psiquiátricas, e a impregnação do saber psicológico dentro do espaço educacional, corrobora para o aumento do processo de psicologização, introduzindo um discurso puramente psicológico e patológico dentro da escola, surgindo neste contexto um alerta: estaríamos enfrentando na atual realidade um epidemia de diagnósticos dentro do espaço educacional?

Segundo Welch, Shwartz e Woloshin (2008), a medicalização da vida cotidiana ocorre por meio da redução de sensações comuns a experiência de vida em sintomas ou terminologias do campo psiquiátrico. Esse movimento acaba por desencadear um processo bastante problemático, pois o que se evidencia aqui é uma distinção entre aquilo que é considerado normal e aquilo que deve ser encarado como anormal, desenvolvendo assim um processo de patologização que desemboca em um discurso medicalizante de controle das experiências

presente no contexto escolar. Em especial no campo da educação, evidenciamos na atualidade a apropriação do discurso psicologizante para explicação das mais diversas experiências escolares, "nesse sentido, observamos que há uma psicopedagogização das experiências educativas - tanto familiares quanto escolares - que não é outra coisa que o corolário desse processo de psicologização de reflexão pedagógica moderna." (Lajonquière, 1999, p.25).

O aumento nos casos de estudantes que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem tem provocado angústias e tensionamentos ao desenvolvimento da prática docente. Nesse cenário, o fenômeno da psicologização surge como uma tentativa de explicar problemas escolares a partir do ponto de vista clínico, sob o enfoque das teorias psicologizantes do campo neurocientífico. Esse horizonte demonstra um retorno histórico aos modos de compreensão que caracterizaram o *zeitgeist*⁴ dos modos de explicação naturalistas e cognitivos presentes na primeira metade do século XX (Collares; Moysés, 1996).

Nesse cenário, a psicologia é constantemente convocada ou se coloca a serviço para ofertar o seu referencial técnico-científico na busca por soluções aos problemas que se manifestam no cotidiano escolar. A partir de um enfoque clínico, a contribuição apresentada pela psicologia no âmbito escolar trouxe uma série de consequências, que se perpetuam até os dias de hoje, como a manutenção e reprodução dos processos de exclusão, divisão e segregação das experiências escolares.

Uma consequência direta do fenômeno de psicologização é o crescimento da epidemia dos diagnósticos psiquiátricos, onde busca-se a todo custo um enquadramento dos alunos em determinados transtornos. Esse ciclo acaba por desencadear um processo de patologização e medicalização em massa dentro do espaço educacional, podendo trazer uma série de consequências para a realidade escolar.

Sendo assim, duas realidades opostas se materializam nesse cenário: de um lado localizam-se os professores, que por estarem sobrecarregados com as demandas da sala de aula, acabam assumindo uma postura acrítica frente ao problema, e se tornam mediadores no encaminhamento dos estudantes aos profissionais da saúde, transferindo as responsabilidades e preocupações para a esfera familiar. Dessa forma, um fenômeno que deveria ser problematizado, acaba sendo mascarado pelo diagnóstico clínico, encapsulando o problema no aluno, reforçando um processo de culpabilização e manutenção de um sistema educacional excludente e acrítico (Collares; Moysés; 1996, p.30).

⁴Zeitgeist é uma palavra alemã, que significa conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período. Espírito de época.

O crescimento desenfreado dos fenômenos de psicologização e patologização da educação têm trazido consequências preocupantes para os processos educacionais. De um lado temos os professores que lidam diretamente com a ocorrência desses fenômenos em sala de aula, e que na grande maioria das vezes atuam sem uma noção prévia sobre os transtornos e déficits que se apresentam na realidade escolar, associado a ausência de suporte de uma equipe preparada para lidar com o problema. Além disso, acrescenta-se também o lugar da família nessa articulação, pois muitos pais e responsáveis se mantêm ausentes dos problemas que surgem no cotidiano escolar, dificultando o trabalho em equipe e a resolução colaborativa do problema. Do “lado mais fraco da corda”, temos os estudantes que são responsabilizados por seu desempenho, e que introjetam toda a sobrecarga do problema, sendo colocados em situações vexatórias e de exclusão, contribuindo para estigmatização, *bullying* e evasão escolar.

Freire (1967) argumentava que a educação deveria servir como um instrumento de libertação e transformação social, afirmando que todos os indivíduos deveriam ter o direito de participar plenamente do processo educativo, independentemente de suas origens, status socioeconômico, habilidades ou deficiências. Ele criticava os modelos tradicionais de educação que perpetuam desigualdades sociais e excluía certos grupos da sociedade.

Para Freire (1967), uma educação verdadeiramente inclusiva não se restringia apenas a assegurar o acesso físico à escola, mas também envolvia a criação de ambientes de aprendizagem onde cada indivíduo se sentisse valorizado, respeitado e capaz de contribuir com suas próprias experiências e conhecimentos para o processo educacional. Isso significava reconhecer e celebrar a diversidade de experiências, culturas e perspectivas presentes na sala de aula. Além disso, enfatizava a importância de os educadores estarem conscientes de suas próprias posições de poder e privilégio, e de trabalharem ativamente para desafiar as estruturas de opressão que perpetuavam a exclusão e a marginalização.

A discussão acerca dos processos de inclusão no ambiente escolar, e da escola enquanto um espaço sociocultural é diretamente atravessado pelo desenvolvimento de práticas e modos de atuação pautados a partir de uma concepção psicologizante e patologizante das experiências escolares. Um dos grandes desafios enfrentados pela psicologia escolar e as diversas teorias do campo da pedagogia se referem ao difícil processo de promover práticas escolares inclusivas, superando os desafios vivenciados pela exclusão escolar que corroboram para o desenvolvimento de um espaço de aniquilamento e normatização.

A inclusão escolar constitui hoje um dos temas mais debatidos no contexto educativo. O caráter excludente da sociedade contemporânea, a situação da escolarização no País e as políticas educacionais em relação à inclusão escolar

das pessoas com necessidades educativas especiais, entre outros, têm constituído importantes elementos para incentivar as discussões sobre esse relevante tema. Mesmo com questionamentos, dúvidas e um certo grau de compreensível ceticismo, existem consensos no que diz respeito à necessidade de trabalhar em prol da inclusão escolar. O debate agudiza-se em relação a como compreendê-la, quais as condições que podem favorecê-la e como fazê-la viável. (Martínez, 2005b, p. 95)

Os entraves que se mostram nesta realidade diz respeito ao compromisso da escola e dos educadores em promover uma pedagogia e uma experiência escolar que seja capaz de comportar as diferenças presentes no encontro cotidiano de sala de aula. Deixando de ter como foco o cuidado pensado a partir da concepção identitária, que fixa os sujeitos em sua singularidade, abrindo margem para os fenômenos que acontecem no contexto educacional a partir de um pluralismo de diferenças, que devem ser valorizadas, entendo que o espaço escolar é também um espaço de promoção democrática das diferenças.

Nesse entendimento, podemos afirmar que a escola é marcada por lutas sociais e políticas que visam a garantia e consolidação de presença daqueles alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem ou transtorno do neurodesenvolvimento. Entendemos desse modo, que a educação inclusiva se associa a concepção da escola enquanto um lugar de encontro e valorização da diversidade dos sujeitos que nela atuam, onde as diferenças, sejam elas étnicas, sociais ou religiosas, encontram-se em acolhimento (Kassar, Arruda, & Benatti, 2007; Patto, 1999; Prieto, 2005).

A partir disso cabe refletirmos a qual projeto de inclusão a escola se orienta quando tenta reduzir a diversidade existente no contexto de sala de aula a ditames e classificações do campo psiquiátrico, qual proposta inclusiva a escola coloca em jogo quando reduz os fenômenos educacionais a experiências isoladas de sujeitos que fogem da norma-padrão, que são considerados como anômalos, doentes e que não aprendem.

Pensamos, a partir de Bell Hooks (1994), na importância de uma educação que seja libertadora e que promova a inclusão de todos os alunos, especialmente aqueles historicamente marginalizados ou excluídos. Através de uma abordagem crítica da educação que questione as estruturas de poder e promova a conscientização social, entendemos que toda experiência dos sujeitos escolares é essencial para construção cotidiana dos currículos. Entendemos ainda, que todo atravessamento de cada sujeito - sociais, como raça, gênero, classe e sexualidade, e outros - afetam a experiência educacional em sua integralidade, o que torna urgente uma Educação que inclua na e para as diferenças.

Considerações Finais

A reflexão desenhada ao longo da escrita desse texto tem como objetivo ampliar a discussão da temática, não se pretende aqui propor uma conclusão para o problema, mas sim espreiar a problematização do fenômeno da psicologização, entendendo que no atual cenário as respostas aos questionamentos aqui levantados não se darão de modo objetivo, pois o contexto educacional é produto da interação de diferentes atores e relações, conforme destaca Almeida (2001):

As práticas psicológicas que orientam a atuação profissional devem ser ressignificadas e apoiadas não em uma teoria, mas em uma epistemologia que enfatize os fatores objetivos e subjetivos do processo ensinar-aprender, as condições do contexto sociocultural, a importância das relações inter e intrassubjetivas professor-aluno, o aprendiz como sujeito do conhecimento e o papel social da escola na formação do cidadão. A ressignificação da atuação profissional passa, portanto, pela apropriação de referenciais teóricos que levem em consideração os processos interativos, conscientes e inconscientes, constitutivos dos sujeitos em processo de ensino, de desenvolvimento e de aprendizagem, em uma perspectiva psicodinâmica e sócio-histórica, cujo foco não é o indivíduo, mas os sujeitos em relação (Almeida, 2001, p. 48).

Cabe a nós, o desenvolvimento de práticas reflexivas que norteiam o nosso fazer cotidiano dentro espaço escolar, entendendo que a impregnação do discurso médico, psiquiátrico e psicológico dentro da escola contribui para o enquadramento das experiências escolares e corrobora para o desenvolvimento de patologias clínicas, que tem como foco a medicalização e o controle. Desse modo, compreendemos que a escola inclusiva não se resume simplesmente a uma escola que aceita e reserva um espaço na sala de aula para alunos com algum tipo de necessidade especial, mas sim uma escola que promove o encontro democrático entre as diferenças e contribuiu para que o processo de socialização e aprendizado ocorra com equidade.

Pretende-se com o tema aqui proposto a discussão e problematização de uma realidade que é nossa, e que analisando os seus contornos evidenciamos que o aumento do número de diagnósticos escancara uma realidade que é própria do nosso tempo, e que evidencia uma característica da nossa atual sociedade marcada pelo implemento da técnica, que objetiva o controle, a previsão e a prevenção daquilo que é considerado como diferente. Ademais, cabe destacar que esse movimento de psicologização e medicalização da vida e dos processos educacionais não passa despercebido das relações de poder que organizam os estratos de nossa sociedade.

Referências

ALMEIDA, F. C. **O psicólogo escolar e os impasses da educação: implicações da(s) teoria(s) na atuação profissional.** In Z. A. P. Del Prette (Ed.), *Psicologia escolar e educacional: saúde e qualidade de vida* (pp. 43-57). Campinas, SP: Alínea. 2001.

COLLARES, C. A. L; MOYSÉS, M. A. A. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (a patologização da Educação),** 1996.

EDINGTON, V. L. T. **A medicalização da infância: uma leitura psicanalítica.** 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade.** Paz e Terra. 1967.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: educação como Prática da Liberdade.** Paz e Terra. 1994.

KASSAR, M. de C. M., ARRUDA, E. E. de, & BENATTI, M. M. S. **Políticas de inclusão: o verso e o reverso de discursos e práticas.** In D. M. de Jesus, C. R. Baptista, M. A. S. C. Barreto & S. L. Victor (Eds.), **Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa** (pp. 21-31). Porto Alegre: Mediação. 2007.

LAJONQUIÈRE, L. **Infância e ilusão (psico)pedagógica: escritos de psicanálise e educação.** Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.

MARTÍNEZ, A. M. (2005b). **Inclusão escolar: desafios para o psicólogo.** In A. M. Martínez, **Psicologia escolar e compromisso social** (pp. 95-114). Campinas, SP: Alínea.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (Org.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

WELCH, G, SCHWARTZ, L, WOLOSHIN, S. (2008). **O que está nos deixando doentes é uma epidemia de diagnósticos.** *Jornal do Cremesp*, p. 12, fev. (texto publicado no *The New York Times*, em 02/01/2007; tradução de Daniel de Menezes Pereira).